



Simulado Especial

TRF 3

Cargo: Analista Judiciário
- Área Judiciária - Pós-Edital

Simulado

Simulado TRF 3 (Analista Judiciário - Área Judiciária)

Nome: _____

INFORMAÇÕES SOBRE O SIMULADO

- 1 - Este simulado conta com questões focadas no concurso para **Analista Judiciário - Área Judiciária do TRF3**;
- 2 - A prova contém itens que abordam conhecimentos cobrados no edital do concurso;
- 3 - As questões são inéditas e foram elaboradas pelos nossos professores com base no perfil da banca organizadora;
- 4 - Os participantes têm das **8:00h às 12:30h** para responder às questões e preencher o Gabarito Eletrônico;
- 5 - O link para preencher o formulário com seu gabarito está localizado logo após estas instruções;

PREENCHA SEU GABARITO

Clique no link, ou copie e cole no seu navegador, para preencher seu gabarito.

<https://forms.gle/TAK8uxyCmqj9Ws5f8>

- | | | |
|------------|------------|------------|
| 01 - ABCDE | 21 - ABCDE | 41 - ABCDE |
| 02 - ABCDE | 22 - ABCDE | 42 - ABCDE |
| 03 - ABCDE | 23 - ABCDE | 43 - ABCDE |
| 04 - ABCDE | 24 - ABCDE | 44 - ABCDE |
| 05 - ABCDE | 25 - ABCDE | 45 - ABCDE |
| 06 - ABCDE | 26 - ABCDE | 46 - ABCDE |
| 07 - ABCDE | 27 - ABCDE | 47 - ABCDE |
| 08 - ABCDE | 28 - ABCDE | 48 - ABCDE |
| 09 - ABCDE | 29 - ABCDE | 49 - ABCDE |
| 10 - ABCDE | 30 - ABCDE | 50 - ABCDE |
| 11 - ABCDE | 31 - ABCDE | 51 - ABCDE |
| 12 - ABCDE | 32 - ABCDE | 52 - ABCDE |
| 13 - ABCDE | 33 - ABCDE | 53 - ABCDE |
| 14 - ABCDE | 34 - ABCDE | 54 - ABCDE |
| 15 - ABCDE | 35 - ABCDE | 55 - ABCDE |
| 16 - ABCDE | 36 - ABCDE | 56 - ABCDE |
| 17 - ABCDE | 37 - ABCDE | 57 - ABCDE |
| 18 - ABCDE | 38 - ABCDE | 58 - ABCDE |
| 19 - ABCDE | 39 - ABCDE | 59 - ABCDE |
| 20 - ABCDE | 40 - ABCDE | 60 - ABCDE |

SIMULADO NO SISTEMA DE QUESTÕES

Clique no link, ou copie e cole no seu navegador, para fazer este simulado também no SQ!

<http://estrategi.ac/tu3un5>

CONHECIMENTOS GERAIS**LÍNGUA PORTUGUESA***Felipe Luccas***TEXTO I**

Como foi que o humanismo — o culto ao gênero humano — se tornou a religião mais importante de todas?

Histórias servem como fundamentos e pilares das sociedades humanas. Com o desenrolar da história, histórias sobre deuses, nações e corporações cresceram tão poderosamente que começaram a dominar a realidade objetiva. A crença no grande deus Sobek, no Mandato do Céu ou na Bíblia possibilitou a construção do lago Fay um, da Grande Muralha da China e da catedral de Chartres. Infelizmente, a fé cega nas histórias não raro acarretou a concentração dos esforços humanos em incrementar a glória de entidades fictícias como deuses e nações, em vez de melhorar a vida de seres reais e sencientes.

Essa análise ainda se sustenta hoje? À primeira vista, pode parecer que a sociedade moderna é muito diferente dos reinos do Egito antigo ou da China medieval. O surgimento e a ascensão da ciência moderna não teriam mudado as regras básicas do jogo humano? Não seria verdadeiro dizer que, apesar da continuada importância de mitos tradicionais, os sistemas sociais modernos cada vez mais se baseiam em teorias científicas objetivas, como a teoria da evolução, que não existia no Egito antigo ou na China medieval?

Podemos argumentar que as teorias científicas são um novo tipo de mito e que nossa crença na ciência não é diferente da antiga crença egípcia no grande deus Sobek. Não obstante, a comparação não se sustenta. Sobek existia apenas na imaginação coletiva de seus devotos. Com efeito, rezar a Sobek ajudou a cimentar o sistema social egípcio, permitindo a construção, pelo povo, de represas e canais que impediram inundações e secas. Mas as orações por si mesmas não elevaram nem baixaram minimamente o nível das águas do rio Nilo. Em contrapartida, teorias científicas não consistem apenas em um modo de unir pessoas. Diz-se que Deus ajuda a quem se ajuda. É um modo indireto de dizer que Deus não existe, mas, se nossa crença n'Ele nos inspira a fazer algo a nós mesmos — isso ajuda. Antibióticos, diferentemente

de Deus, ajudam até mesmo os que não se ajudam. Eles curam infecções, quer acreditemos neles ou não.

Consequentemente, o mundo moderno é muito diferente do mundo pré-moderno. Faraós egípcios e imperadores chineses fracassaram em derrotar a fome, a peste e a guerra, a despeito de milênios de esforço. Sociedades modernas conseguiram fazê-lo em poucos séculos. Não seria isso o fruto do abandono de mitos subjetivos em favor de conhecimento científico objetivo? E não podemos esperar que esse processo se acelere nas próximas décadas? À medida que a tecnologia nos capacita a fazer a atualização de humanos, vencer a velhice e encontrar a chave da felicidade, não deveriam as pessoas importar-se menos com deuses, nações e corporações fictícias e se concentrar em decifrar a realidade física e biológica?

Na verdade, as coisas são muito mais complicadas. A ciência moderna certamente mudou as regras do jogo, embora não tenha apenas substituído os mitos pelos fatos. Os mitos continuam a dominar o gênero humano. A ciência só os torna mais fortes. Em vez de destruir a realidade intersubjetiva, a ciência permitirá que ela controle as realidades objetivas e subjetivas de modo mais completo. Graças aos computadores e à bioengenharia, a diferença entre ficção e realidade se tornará indistinta, à medida que pessoas reformatam a realidade para que se encaixem em suas ficções prediletas.

Os sacerdotes de Sobek imaginaram a existência de crocodilos divinos enquanto o faraó sonhava com a imortalidade. Na realidade, o crocodilo sagrado era um réptil de pântano muito ordinário vestido em refinamentos dourados, e o faraó era tão mortal quanto o mais pobre camponês. Após a morte, seu corpo era mumificado com bálsamos de preservação e perfumes olorosos, mas, ainda assim, continuava tão sem vida quanto um morto pode ser. Os cientistas do século XXI, por sua vez, poderiam ser capazes de engendrar supercrocodilos reais e prover a elite humana de juventude eterna aqui na Terra.

Em decorrência, o surgimento e a ascensão da ciência tornarão alguns mitos e religiões mais poderosos do que nunca. Para entender por quê, e para enfrentar os desafios do século XXI, deveríamos, portanto, visitar uma das questões mais perturbadoras entre todas: como é que a ciência moderna se relaciona com a religião? A impressão que se tem é de que já se disse tudo a ser dito

sobre essa questão. Mas, na prática, ciência e religião são como marido e mulher que, após quinhentos anos de aconselhamento matrimonial, não se conhecem. Ele ainda sonha com a Cinderela e ela ainda anseia pelo príncipe encantado, enquanto discutem de quem é a vez de levar o lixo para fora.

(Adaptado de: HARARI, Yuval Noah. Homo Deus: uma breve história do amanhã.)

01. Para o autor do texto,

- a) a ciência, modernamente, substituiu os mitos pelos fatos, que agora dominam o gênero humano.
- b) a racionalidade cultural motivou grandes criações humanas na antiguidade, como a Muralha da China.
- c) sempre será possível diferenciar religião e ciência por um processo de análise racional do que é concreto.
- d) Já que consomem tanto benefício da ciência, as pessoas deveriam importar-se menos com entidades mitológicas.
- e) Os mitos não foram suplantados pela ciência, a qual, na prática, pode modelar a ficção a um molde de realidade.

02. Considerando o desenvolvimento do texto, destacam-se algumas ideias. Assinale uma inferência correta:

- a) A fé cega nas histórias faz piorar a vida dos seres reais e sencientes.
- b) A sociedade moderna é muito diferente dos reinos do Egito antigo ou da China medieval, devido à pouca importância atual dos mitos.
- c) O autor não acredita na influência das entidades místicas no progresso humano, salvo por um efeito social de congregar pessoas.
- d) nos tempos de culto a Sobek, os crocodilos, símbolos da entidade, eram divinos, mas o faraó não era imortal.
- e) o humanismo se tornou a religião mais importante de todas porque foca num ente concreto, o ser humano.

03. Transpondo-se para a voz passiva a frase **Os mitos continuam a dominar o gênero humano**, a forma verbal resultante deverá ser

- a) continuam a ser dominados
- b) são continuados
- c) são dominados
- d) continua a ser dominado
- e) continuam-se a dominar

04. As normas de concordância verbal estão plenamente observadas na frase:

- a) É natural que mesmo aos historiadores mais perfeccionistas venham a faltar, em suas pesquisas, o rigor necessário na ordenação dos seus escritos.
- b) O arraigamento dos mitos científicos permitem aos homens racionais justificar a fé nas questões que os movem.
- c) Não sobra aos cientistas ou religiosos qualquer alternativa senão tomarem como base para seus ensinamentos convicções não absolutamente provadas.
- d) Não são de se supor que os mitos que a cada pessoa fascina não incomode também aos cientistas mais rigorosos.
- e) O que mais convêm aos cientistas é provarem que seus métodos negam aos religiosos o suporte inabalável da fé.

05. No segmento ***Não seria verdadeiro dizer que, apesar da continuada importância de mitos tradicionais*** o elemento sublinhado pode ser adequadamente substituído por:

- a) A menos que persistente
- b) Porquanto permanente
- c) Para se conceber
- d) Conquanto continuada
- e) a despeito da incessante

TEXTO II

O que é assédio moral e o que fazer?

Apesar de não ser uma prática nova no mercado de trabalho, o assédio moral vem sendo amplamente divulgado na última década, e as condutas de empregadores que resultam em humilhação e assédio psicológico passaram a figurar nos processos trabalhistas com mais recorrência. O assédio moral pode ser configurado em qualquer nível hierárquico e ocorre de forma intencional e frequente. Neste CNJ Serviço, procuramos esclarecer como costuma se caracterizar o assédio moral, suas consequências e o que fazer a respeito.

Conceito – Entende-se por assédio moral toda conduta abusiva, a exemplo de gestos, palavras e atitudes que se repitam de forma sistemática, atingindo a dignidade ou integridade psíquica ou física de um trabalhador. Na maioria das vezes, há constantes ameaças ao emprego e o ambiente de trabalho é degradado. No entanto, o assédio moral não é sinônimo de humilhação e, para ser configurado, é necessário que se prove que a conduta desumana e antiética do empregador tenha sido realizada com frequência, de forma sistemática. Dessa forma, uma desavença esporádica no ambiente de trabalho não caracteriza assédio moral.

(Adaptado de <http://www.cnj.jus.br/noticias>)

06. Entende-se corretamente do trecho acima transcrito:

- I. O assédio moral será configurado por conduta abusiva no ambiente de trabalho, que cause danos e sofrimento psíquico, ainda que limitada a um episódio.
 - II. O assédio moral, tendência recente do mercado de trabalho ultracompetitivo, não depende da superioridade hierárquica do agressor.
 - III. A comprovação do assédio é condicionada ao caráter habitual e proposital da conduta abusiva.
- a) I
 - b) II
 - c) III
 - d) II e III
 - e) I e III

07. Sobre a pontuação do texto acima, marque a alternativa incorreta.

- a) A vírgula após “trabalho” foi utilizada para marcar uma oração adverbial concessiva que está anteposta à oração principal. (1º parágrafo)
- b) A vírgula após “década” foi utilizada para separar orações coordenadas aditivas com sujeitos diferentes. Sua retirada não causaria erro gramatical. (1º parágrafo)
- c) A vírgula após “Serviço” foi utilizada para marcar uma oração adverbial anteposta à oração principal. (1º parágrafo)
- d) As vírgulas antes e após “configurado” isolam uma oração intercalada. (2º parágrafo)
- e) Com os devidos ajustes, o ponto final após “degradado” poderia ser substituído por ponto e vírgula. (2º parágrafo)

08. Considere os períodos abaixo:

Muitos trabalhadores têm ajuizado ações judiciais de assédio moral.

Uma desavença esporádica no ambiente de trabalho não caracteriza assédio moral.

Não adianta conhecer o regulamento, é preciso obedecer aos superiores.

Os termos sublinhados podem ser adequadamente substituídos, na ordem respectiva, pelas formas indicadas em:

- a) têm ajuizado-as — caracteriza-o — conhecê-lo — obedecê-los
- b) têm ajuizado-as — caracteriza-lhe — conhecer-lhe — obedecê-los
- c) têm ajuizado-as — caracteriza-o — conhecer a ele — obedecê-los
- d) as têm ajuizado — o caracteriza — conhecê-lo — obedecer-lhes
- e) as têm ajuizado — o caracteriza — conhecê-lo — obedecê-los

09. Observe o contexto do fragmento abaixo:

Apesar de não ser uma prática nova no mercado de trabalho, o assédio moral vem sendo amplamente divulgado na última década

O emprego da forma verbal sublinhada indica:

- a) ação em processo, iniciada no presente
- b) fato pontual no presente
- c) ação que se iniciou no passado e perdura no presente, podendo ser substituída pela forma “tem sido”.
- d) ação concluída no presente imediato
- e) hipótese que se concretizou num passado recente

10. Aqueles que não se _____ (dispor) a estudar muito hoje, quando a prova _____ (vir) e eles _____ (ver) que não _____ (ter) mais chance, _____ (desejar) ter sido mais dedicados.

Para preencherem adequadamente as lacunas da frase acima, os verbos indicados entre parênteses deverão flexionar-se na seguinte sequência:

- a) disporem - vier - verem – têm - desejarão
- b) disporem - vier - verem – tem - desejarão
- c) dispuzerem - vir - virem – têm - desejarão
- d) dispuserem - vier - virem – têm - desejarão
- e) dispuserem - vir - virem – têm - desejaram

RACIOCÍNIO LÓGICO-MATEMÁTICO

Carlos Henrique

11. Em um torneio de xadrez, há 50 mulheres e 37 homens inscritos. As mulheres só jogam entre si e os homens também só jogam entre si. Em cada partida, o(a.) perdedor(a.) é eliminado(a.) do torneio. Não há empates. Ao final do torneio, tem-se uma campeã e um campeão.

Não havendo desistências, o número total de partidas para que sejam definidos o campeão e a campeã é:

- a) 82;
- b) 85;
- c) 86;
- d) 88;
- e) 90.

12. Cinco meninas, Juliana, Kelly, Lúcia, Mônica e Onny, apostaram uma corrida. Sabe-se que Juliana chegou antes de Mônica e Lúcia, Mônica chegou antes de Onny, Kelly chegou antes de Juliana, e Onny não foi a última a chegar. Dessa forma, entre as cinco amigas citadas, a quarta a chegar foi

- a) Juliana
- b) Kelly
- c) Lúcia
- d) Mônica
- e) Onny

13. Para executar a tarefa de confecção de 111 vestidos, três costureiras dividiram o total de vestidos entre si, na razão inversa de suas respectivas idades: 24, 30 e 36 anos. Assim sendo, a costureira de 30 anos fez

- a) 2 vestidos a mais do que o de 24 anos.
- b) 4 vestidos a menos do que o de 36 anos.
- c) 4 vestidos a menos do que o de 24 anos.
- d) 6 vestidos a menos do que o de 36 anos.
- e) 9 vestidos a menos do que o de 24 anos.

14. Em um órgão do TRT os processos são classificados por dois critérios: tamanhos e cor de capa dos processos. Os processos podem ser de dois tamanhos: pequenos e grandes. Além disso, as capas dos processos podem ser cinzas ou azuis. No órgão, há 155 processos, dos quais 82 possuem capas azuis e 85 são pequenos. Sabendo que 33 dos processos são pequenos e de capas azuis, a porcentagem dos processos grandes que são cinzas é

- a) 20%.
- b) 30%.
- c) 36%.
- d) 24%.
- e) 15%.

15. Nos 10 jogos que disputou no último campeonato paulista, a equipe Strategy SP marcou um total de 9 gols, tendo sofrido 7 gols. Somente com tais informações, pode-se concluir que essa equipe, necessariamente,

- a) empatou pelo menos uma partida
- b) não foi derrotada em qualquer um dos 10 jogos disputados.
- c) teve mais vitórias do que derrotas neste campeonato.
- d) nunca marcou mais do que um gol no mesmo jogo.
- e) venceu pelo menos uma partida das 10 que disputou.

NOÇÕES SOBRE O DIREITO DAS PESSOAS COM DEFICIÊNCIA

Géssica Ehle

16. De acordo com a Resolução nº 401/2021, do Conselho Nacional de Justiça, que dispõe sobre o desenvolvimento de diretrizes de acessibilidade e inclusão de pessoas com deficiência, nos concursos do Poder Judiciário, é vedado o estabelecimento de qualquer espécie de cláusula de barreira para os candidatos enquadrados como pessoas com deficiência, bastando o alcance de nota

- a) 30% inferior à nota mínima estabelecida para aprovação dos candidatos da ampla concorrência para que sejam admitidos nas fases subsequentes
- b) nota 6,0 para os concursos da magistratura, para que sejam admitidos nas fases subsequentes
- c) 20% superior à nota mínima estabelecida para aprovação dos candidatos da ampla concorrência, para que sejam admitidos nas fases subsequentes
- d) 10% inferior à nota mínima estabelecida para aprovação dos candidatos da ampla concorrência, para que sejam admitidos nas fases subsequentes
- e) nota 7,0 para os concursos da magistratura, para que sejam admitidos nas fases subsequentes

17. Maria das Louças é mãe de Carlinhos, que tem 10 anos e é pessoa com deficiência. Ao tentar matricular seu filho na escola pública mais perto de sua residência, Maria das Louças ouviu do dirigente que a instituição não tem vagas para crianças como seu filho. Afora o cometimento de crime de discriminação em razão da deficiência nos termos da Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência), a fala do dirigente da escola configurou uma barreira

- a) arquitetônica
- b) nas comunicações
- c) atitudinal
- d) biopsicossocial
- e) nas tecnologias

18. De acordo Lei nº 13.146/2015, Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência) e com a Lei nº 11.126/2005, julgue os itens a seguir assinalando a resposta correta.

- I. Toda pessoa com deficiência visual poderá estar acompanhada de cão-guia, podendo ingressar e permanecer com o animal em todos os meios de transporte e em estabelecimentos abertos ao público, de uso público e privados de uso coletivo, de modo que o estabelecimento que desrespeitar tal direito poderá ser apenado com interdição e multa.
- II. O poder público adotará programas e ações estratégicas para apoiar a criação e a manutenção de moradia para a vida independente da pessoa com deficiência, assegurando-lhe a reserva de 5% (cinco por cento) das unidades habitacionais de seus programas, gozando de tal direito tantas vezes quantas forem necessárias ao longo da vida.
- III. Sobre o direito à inclusão no mercado de trabalho, assegura-se às pessoas com deficiência que tenham promovido um ambiente onde sejam atendidas as regras de acessibilidade, o fornecimento de recursos de tecnologia assistiva e a adaptação razoável, evitando toda forma de colocação competitiva.

É correto o que se afirma em:

- a) apenas a I
- b) apenas a II
- c) apenas a III
- d) todas as assertivas
- e) nenhuma das assertivas

19. João das Couves foi visitar sua irmã em uma pequena cidade no interior do Rio Grande do Sul. Ao chegar, sua irmã lhe disse que gostaria muito que ele a levasse até o shopping na cidade vizinha, pois há mais de um ano não saía para fazer compras. Ainda reticente, João aceitou. Dirigiu por mais de 4h em seu veículo adaptado a sua deficiência até que chegaram ao estacionamento do shopping. Ao adentrar ao espaço e procurar uma vaga para estacionar. João percebe que não há nenhuma vaga identificada como reservada para pessoas com deficiência. Nos termos da Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência, João das Couves

- a) deveria encontrar identificadas 2% das vagas do estacionamento, ou no mínimo uma, caso o shopping não contivesse 100 (cem) vagas, podendo parar seu carro em qualquer uma delas, ainda que seu veículo não estivesse identificado
- b) deve estacionar em qualquer uma das vagas mais próximas à entrada, pois o shopping por ser empreendimento privado não se obriga a reserva de vagas
- c) por ter deficiência que não compromete sua acuidade visual, podendo dirigir, não gozará de direito às vagas reservadas
- d) tem direito à reserva de vagas em todas as áreas de estacionamento aberto ao público, de uso público ou privado de uso coletivo e àquelas presentes em vias públicas, sendo ele pessoa com deficiência com comprometimento de mobilidade, uma vez que tenha identificado seu veículo.
- e) deveria visualizar vagas reservadas às pessoas com deficiência, em regra 3% (três por cento) e poderia estacionar desde que identificasse seu veículo

20. A respeito da Lei nº 10.098/2000, que estabelece normas gerais e critérios básicos para a promoção da acessibilidade das pessoas portadoras de deficiência ou com mobilidade reduzida, pode-se afirmar que em uma via de grande circulação, ou que dê acesso aos serviços de reabilitação, devem obrigatoriamente ser instalados semáforos com mecanismo que emita sinal sonoro para orientação do pedestre. Sobre o sinal, esse deverá ser

- a) suave, intermitente e estridente
- b) alto, intermitente e sem estridência
- c) suave, intermitente e sem estridência
- d) alto, contínuo e estridente
- e) suave, contínuo e estridente

CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS

DIREITO ADMINISTRATIVO

Antônio Daud

21. Ao final do último mês, determinado magistrado do Tribunal Regional Federal da 3ª Região proferiu sentença judicial, apreciando o mérito de uma ação criminal que tramitava na vara da qual era titular. Na sequência, o magistrado determinou, por meio de ato administrativo, a remoção de juiz substituto vinculado à mesma vara.

Quanto aos dois atos praticados pelo magistrado, assinale a alternativa correta:

- a) ambos os atos podem ser objeto do controle administrativo.
- b) apenas o primeiro ato pode ser objeto de controle administrativo.
- c) ambos os atos podem ser objeto de controle jurisdicional pelo Conselho Nacional de Justiça (CNJ).
- d) o segundo ato pode ser objeto de controle pelo CNJ, que é órgão de controle interno.
- e) o primeiro ato pode ser objeto de controle administrativo e jurisdicional pelo CNJ, enquanto órgão de controle externo.

22. Em relação aos preceitos normativos e jurisprudenciais quanto ao processo administrativo disciplinar (PAD), assinale a alternativa correta:

- a) A portaria de instauração do PAD não prescinde da exposição detalhada dos fatos a serem apurados.
- b) A revisão do PAD poderá se dar a pedido do interessado, desde que obedecido o prazo prescricional de cinco anos.
- c) A autoridade instauradora do PAD poderá determinar o afastamento preventivo do servidor do exercício do cargo, pelo prazo de até 90 dias, prorrogáveis por igual período, sem prejuízo da remuneração.
- d) A falta de defesa técnica por advogado no PAD tem o condão de invalidar a sanção correspondente.
- e) É assegurado ao servidor o direito de acompanhar o processo pessoalmente ou por intermédio de procurador, arrolar e reinquirir testemunhas, produzir provas e contraprovas e formular quesitos, quando se tratar de prova pericial.

23. Em relação à Organização Administrativa do Estado, assinale a alternativa INCORRETA:

- a) Os entes descentralizados não se subordinam à administração centralizada.
- b) Opera-se a descentralização por colaboração quando houver delegação da prestação de serviços públicos mediante contrato de concessão.
- c) Cada ente descentralizado possui patrimônio próprio, distinto daquele a que pertence o ente público que o criou.
- d) É cabível desconcentração na administração direta e na indireta.
- e) A centralização reflete a forma pela qual um ente federativo executa suas tarefas sem subdivisões internas.

24. Nos termos previstos na Lei 11.107/2005, o representante legal do Consórcio Público deverá ser eleito entre os:

- a) Chefes do Poder Executivo dos entes da Federação consorciados.
- b) Chefes do Poder Legislativo dos entes da Federação consorciados.
- c) parlamentares mais votados dos entes da Federação consorciados.
- d) candidatos indicados pelo Poder Legislativo de cada membro do consórcio.
- e) membros do Poder Judiciário dos entes da Federação consorciados.

25. Artêmis, prefeita de determinado município, deixou de prestar contas, quando estava obrigada a fazê-lo. Considerando que a prefeita dispunha das condições para o encaminhamento da prestação de contas e que as investigações realizadas pelo Ministério Público reuniram elementos comprobatórios de que a omissão teve como finalidade a ocultação de irregularidades, é correto afirmar que, de acordo com a Lei de Improbidade Administrativa, Artêmis poderá ser sancionada com a sanção de:

- a) suspensão dos direitos políticos por até 4 anos.
- b) perda da função pública.
- c) pagamento de multa civil de até 24 vezes o valor da remuneração percebida pelo agente, a qual pode ser aumentada até o dobro, em virtude da situação econômica do réu.
- d) perda dos bens acrescidos ilicitamente ao seu patrimônio.
- e) multa civil equivalente ao dano causado ao erário.

26. Assinale a alternativa que menciona corretamente espécies e classificações dos atos administrativos:

- a) atos enunciativos contêm declaração da Administração quanto a um fato ou uma situação, como licenças e autorizações.
- b) atos complexos resultam da manifestação de um único órgão, requerendo a vontade instrumental de outro órgão para se aperfeiçoarem.
- c) atos simples, sejam singulares ou colegiados, são aqueles que resultam da declaração de vontade de um órgão.
- d) nos atos compostos a manifestação de vontade de dois ou mais órgãos se fundem para formação de único ato.
- e) atos negociais são marcados pela existência de um alinhamento entre o interesse público e o privado, a exemplo das multas.

DIREITO CONSTITUCIONAL

João Trindade

27. Acerca dos remédios constitucionais, assinale a alternativa correta:

- a) o *habeas corpus* pode ser ajuizado por qualquer pessoa, independentemente de representação por advogado, mas não pode ser concedido de ofício pelo juiz, em respeito à inércia da jurisdição
- b) não cabe *habeas data* para obter ou corrigir informação de caráter coletivo ou geral
- c) é cabível mandado de segurança contra ato de gestão empresarial de empresa pública ou sociedade de economia mista
- d) o Ministério Público é parte legítima para ajuizar ação popular em defesa do patrimônio público
- e) por seu caráter subsidiário, é possível ajuizar mandado de segurança contra lei em tese

28. De acordo com a Constituição Federal, perderá a nacionalidade o brasileiro que:

- a) fizer pedido expresso de renúncia, desde que não gere apatridia
- b) adquirir outra nacionalidade, exceto nos casos de reconhecimento de nacionalidade originária
- c) tiver cancelada a naturalização, por ato do Ministro das Relações Exteriores
- d) fizer pedido expresso de renúncia, mas apenas nos casos de nacionalidade adquirida
- e) tiver cancelada a naturalização, por sentença judicial, pela prática de atividade nociva ao interesse nacional

29. Acerca das competências federativas, considere as seguintes situações:

I – O Estado Alfa promulgou lei que regulamenta a profissão de empacotador de sacolas de supermercados.

II – O Município Beta promulgou lei que cria um distrito.

III – O Estado Zeta promulgou lei instituindo uma região metropolitana, formada pelo agrupamento de municípios limítrofes.

IV – O Município Gama promulgou lei dispondo sobre o porte de armas dos seus guardas municipais.

À luz da jurisprudência do STF e do disposto na Constituição Federal, pode-se afirmar que são constitucionais, apenas, as leis citadas em:

- a) I, II, III e IV
- b) II, III e IV
- c) I, II e III
- d) I e IV
- e) II e III

30. Asdrolfo, Deputado Estadual, apresentou projeto de lei à Assembleia Legislativa, dispondo sobre a licença para capacitação dos servidores estaduais. Depois de discutida e votada, a matéria foi aprovada por unanimidade, sendo, então, encaminhada à Governadora, Sinforosa.

À luz da situação narrada, pode-se afirmar que:

- a) Sinforosa dispõe do prazo de 15 dias úteis para se manifestar sobre o projeto de lei, sob pena de ocorrer o veto tácito
- b) Sinforosa pode vetar o projeto de lei total ou parcialmente, mas, em ambos os casos, a Assembleia Legislativa deliberará sobre o veto, podendo rejeitá-lo por maioria simples
- c) Se Sinforosa sancionar o projeto de lei, o vício de iniciativa da proposição será considerado superado
- d) Não há vício de iniciativa, de modo que Asdrolfo poderia ter apresentado o citado projeto de lei
- e) Sinforosa pode vetar o projeto de lei total ou parcialmente, mas, em ambos os casos, a Assembleia Legislativa deliberará sobre o veto, podendo rejeitá-lo por maioria simples

31. A respeito das disposições gerais sobre o Poder Judiciário na CF, é correto afirmar que:

- a) é obrigatória a promoção do juiz que figurar por três vezes alternadas em lista de promoção por merecimento
- b) O Estatuto da Magistratura é lei complementar nacional, de iniciativa do Supremo Tribunal Federal
- c) os julgamentos do Poder Judiciário serão públicos e fundamentadas todas as decisões, sob pena de nulidade, podendo a lei restringir o requisito da fundamentação quando a defesa da intimidade das partes assim o exigir
- d) nos tribunais com mais de 12 julgadores, pode ser constituído órgão especial, formado por no mínimo 7 e no máximo 12 membros, para o exercício de competências do Tribunal Pleno, inclusive a decisão do incidente de arguição de inconstitucionalidade
- e) Turma de um tribunal pode deixar de aplicar uma lei que considere inconstitucional, desde que não declare expressamente essa inconstitucionalidade

32. A respeito dos Princípios Gerais da Atividade Econômica, Pietra formulou as seguintes afirmações:

- I – A propriedade privada é um princípio da Ordem Econômica, mas ela deve atender a sua função social.
- II – A Constituição Federal autoriza o tratamento favorecido às empresas de pequeno porte.
- III – Embora o meio ambiente ecologicamente equilibrado seja um direito fundamental, não chega a influenciar a questão da Ordem Econômica.
- IV - Como agente normativo e regulador da atividade econômica, o Estado exercerá, entre outras, a função de planejamento, que é determinante para os setores público e privado.

As afirmações de Pietra:

- a) estão em completo desacordo com a CF
- b) estão todas de acordo com a CF
- c) estão parcialmente em desacordo com a CF, já que estão incorretas as dos itens III e IV.
- d) estão parcialmente em desacordo com a CF, já que estão incorretas as dos itens II e IV.
- e) estão parcialmente em desacordo com a CF, já que estão incorretas as dos itens II e III.

DIREITO PREVIDENCIÁRIO

Rubens Maurício

33. Sobre o benefício de auxílio por incapacidade temporária, nos termos da legislação previdenciária, assinale a alternativa correta:

- a) O auxílio por incapacidade temporária do segurado que exercer mais de uma atividade abrangida pela previdência social não será devido no caso de incapacidade apenas para o exercício de uma delas.
- b) Quando o segurado que exercer mais de uma atividade for considerado definitivamente incapacitado para uma delas, o auxílio por incapacidade temporária deverá ser convertido em aposentadoria por incapacidade permanente.
- c) O auxílio por incapacidade temporária será devido ao segurado que, uma vez cumprido, quando for o caso, o período de carência exigido, ficar incapacitado para o seu trabalho ou para a sua atividade habitual por mais de 16 dias consecutivos, conforme definido em avaliação médico-pericial.
- d) Não será devido auxílio por incapacidade temporária ao segurado que se filiar ao RGPS já portador de doença ou lesão invocada como causa para a concessão do benefício, inclusive quando a incapacidade sobrevier por motivo de progressão ou agravamento dessa doença ou lesão.
- e) Não será devido o auxílio por incapacidade temporária ao segurado recluso em regime fechado.

34. O segurado que, no somatório de remunerações auferidas no período de um mês, receber remuneração inferior ao limite mínimo mensal do salário de contribuição, poderá realizar ajustes de complementação, utilização e agrupamento. Sobre tais procedimentos, assinale a alternativa incorreta:

- a) O segurado poderá complementar a contribuição das competências, de forma a alcançar o limite mínimo do salário de contribuição exigido.
- b) O segurado poderá utilizar o excedente do salário de contribuição superior ao limite mínimo de uma competência para completar o salário de contribuição de outra competência até atingir o limite mínimo.
- c) O segurado poderá agrupar os salários de contribuição inferiores ao limite mínimo de diferentes competências para aproveitamento em uma ou mais competências até que estas atinjam o limite mínimo.
- d) O segurado poderá realizar ajustes de complementação, utilização e agrupamento a qualquer tempo, hipótese em que se tornarão irreversíveis e irrenunciáveis após processado.
- e) O segurado poderá realizar os agrupamentos de salários de contribuição inferiores ao limite mínimo de diferentes competências para aproveitamento em uma ou mais competências, necessariamente, do mesmo trimestre civil.

35. Acerca dos benefícios do RGPS, assinale a alternativa correta:

- a) Perde o direito à pensão por morte o condenado criminalmente por sentença transitada em julgado, como autor, coautor ou partícipe de homicídio culposo, ou de tentativa desse crime, cometido contra a pessoa do segurado, ressalvados os absolutamente incapazes e os inimputáveis.
- b) Perde o direito à pensão por morte o cônjuge ou o companheiro ou a companheira se comprovada, a qualquer tempo, simulação ou fraude no casamento ou na união estável, ou a formalização desses com o fim exclusivo de constituir benefício previdenciário, apurada em processo administrativo, assegurados os direitos ao contraditório e à ampla defesa.
- c) A pensão por morte consiste em renda mensal equivalente a uma cota familiar de 60% do valor da aposentadoria recebida pelo segurado ou daquela a que teria direito se fosse aposentado por incapacidade permanente na data do óbito, acrescida de cotas de 10% por dependente, até o máximo de 100%.
- d) Na hipótese de haver dependente inválido ou com deficiência intelectual, mental ou grave, o valor da pensão por morte será equivalente a 100% do valor da aposentadoria recebida pelo segurado ou daquela a que teria direito se fosse aposentado por incapacidade permanente na data do óbito.
- e) As cotas por dependente cessarão com a perda dessa qualidade e serão reversíveis aos demais dependentes, preservado o valor de 100% da pensão por morte quando o número de dependentes remanescentes for igual ou superior a cinco.

36. Acerca do período de carência para a concessão dos benefícios do RGPS, assinale a alternativa correta:

- a) Período de carência é o tempo correspondente ao número mínimo de contribuições mensais indispensáveis para que o beneficiário faça jus ao benefício, consideradas as competências cujo salário de contribuição seja igual ou inferior ao seu limite mínimo mensal.
- b) Para o segurado especial, considera-se período de carência o tempo mínimo de efetivo exercício de atividade rural, ainda que de forma descontínua, igual à quantidade de meses necessária à concessão do benefício requerido.
- c) A carência será de dez contribuições mensais, no caso de salário-maternidade, para as seguradas contribuinte individual, especial e trabalhadora avulsa.
- d) No caso do auxílio-reclusão, a carência será de 36 contribuições mensais.
- e) Independe de carência, dentre outros, a concessão pensão por morte, salário-família e auxílio-acidente e aposentadoria por incapacidade permanente.

37. São segurados obrigatórios da Previdência Social, na qualidade de contribuinte individual:

- a) o brasileiro ou estrangeiro domiciliado e contratado no Brasil para trabalhar como empregado em sucursal ou agência de empresa nacional no exterior.
- b) o brasileiro civil que trabalha para a União, no exterior, em organismos oficiais brasileiros ou internacionais dos quais o Brasil seja membro efetivo, ainda que lá domiciliado e contratado, salvo se segurado na forma da legislação vigente do país do domicílio.
- c) o empregado de organismo oficial internacional ou estrangeiro em funcionamento no Brasil, salvo quando coberto por regime próprio de previdência social.

d) o exercente de mandato eletivo federal, estadual ou municipal, desde que não vinculado a regime próprio de previdência social.

e) o ministro de confissão religiosa e o membro de instituto de vida consagrada, de congregação ou de ordem religiosa.

38. Integra(m) o salário de contribuição:

- a) as importâncias recebidas a título de férias indenizadas e respectivo adicional constitucional, inclusive o valor correspondente à dobra da remuneração de férias.
- b) a parcela recebida a título de vale-transporte, na forma da legislação própria.
- c) a importância recebida a título de bolsa de complementação educacional de estagiário, quando paga nos termos da lei.
- d) O décimo-terceiro salário (gratificação natalina), exceto para o cálculo de benefício.
- e) a participação nos lucros ou resultados da empresa, quando paga ou creditada de acordo com lei específica.

DIREITO PROCESSUAL CIVIL

Ricardo Torques

39. Sobre a competência no Código de Processo Civil, a ação possessória imobiliária será proposta:

- a) No foro de situação da coisa, cujo juízo tem competência absoluta.
- b) No foro do domicílio do réu, cujo juízo tem competência relativa
- c) No foro da situação da coisa ou do domicílio do réu.
- d) No foro do domicílio do autor, cujo juízo tem competência relativa.
- e) No foro de situação da coisa, cujo juízo tem competência relativa.

40. De acordo com a Lei 9.099/95, em matéria de Juizados Especiais Cíveis, é correto afirmar que:

- a) Nas causas de valor até quarenta salários-mínimos, as partes comparecerão pessoalmente, podendo ser assistidas por advogado; nas de valor superior, a assistência é obrigatória.
- b) O mandato ao advogado não poderá ser verbal em relação aos poderes gerais.
- c) Não se admitirá, no processo, qualquer forma de intervenção de terceiro, nem de assistência, nem de litisconsórcio.
- d) Não se admite a intervenção do Ministério Público em processos no âmbito dos juizados.
- e) Não poderão ser partes, no processo instituído por esta Lei, o incapaz, o preso, as pessoas jurídicas de direito público, as empresas públicas da União, a massa falida e o insolvente civil.

41. De acordo com as normas do Código de Processo Civil que disciplinam as hipóteses de intervenção de terceiro, é correto afirmar que:

- a) Se o denunciante for vencedor na ação principal, o juiz passará ao julgamento da denunciação da lide.
- b) Acolhido o pedido de desconsideração da personalidade jurídica, a alienação ou a oneração de bens, havida em fraude de execução, será inválida em relação ao requerente.
- c) O *amicus curiae* pode recorrer da decisão que julgar o incidente de resolução de demandas repetitivas.
- d) Não se admite denunciação à lide da maneira sucessiva, ainda que promovida pelo denunciado contra seu antecessor imediato na cadeia dominial.
- e) É admissível a denunciação da lide do afiançado, na ação em que o fiador for réu.

42. De acordo com as normas do Código de Processo Civil em matéria de embargos de declaração,

- a) Quando os embargos de declaração forem opostos contra decisão de relator ou outra decisão unipessoal proferida em tribunal, o órgão prolator da decisão embargada decidirá de forma colegiada.
- b) Quando manifestamente protelatórios os embargos de declaração, o juiz ou o tribunal, em decisão fundamentada, condenará o embargante a pagar ao embargado multa não excedente a dois por cento sobre o valor atualizado da causa.
- c) Os embargos de declaração não possuem efeito interruptivo e suspendem o prazo para a interposição de recurso.
- d) O juiz julgará os embargos em 10 (dez) dias.
- e) O juiz intimará o embargado para, querendo, manifestar-se, no prazo de 15 (quinze) dias, sobre os embargos opostos, caso seu eventual acolhimento implique a modificação da decisão embargada.

43. De acordo com o que estabelece o Código de Processo Civil acerca da audiência de instrução de julgamento:

- a) Poderá ser adiada por atraso injustificado de seu início em tempo superior a 30 (trinta) minutos do horário marcado
- b) Os depoimentos pessoais são prestados antes da oitiva do perito e dos assistentes técnicos.
- c) Finda a instrução, o juiz dará a palavra ao advogado do autor e do réu, bem como ao membro do Ministério Público, se for o caso de sua intervenção, sucessivamente, pelo prazo improrrogável de 20 (vinte) minutos para cada um.
- d) O juiz poderá dispensar a produção das provas requeridas pela parte cujo advogado ou defensor público não tenha comparecido à audiência, não se aplicando a mesma regra ao Ministério Público.
- e) Encerrado o debate ou oferecidas as razões finais, o juiz proferirá sentença em audiência ou no prazo de 15 (quinze) dias.

- 44.** À luz do que estabelece o Código de Processo Civil sobre a tutela provisória,
- a) a tutela de urgência de natureza antecipada não será concedida quando houver perigo de irreversibilidade dos efeitos da decisão.
 - b) A tutela provisória de evidência pode ser concedida em caráter antecedente ou incidental.
 - c) Para a concessão da tutela de urgência, o juiz pode, conforme o caso, exigir caução real ou fidejussória idônea para ressarcir os danos que a outra parte possa vir a sofrer, vedada a dispensa para a parte economicamente hipossuficiente.
 - d) A tutela provisória requerida em caráter incidental depende do pagamento de custas.
 - e) A efetivação da tutela provisória observará as normas referentes à execução de título extrajudicial.

DIREITO PROCESSUAL PENAL

Priscila Silveira

- 45.** Assinale a alternativa correta sobre citação e intimação:
- a) a citação inicial far-se-á por mandado ou pelos correios, quando o réu estiver no território sujeito à jurisdição do juiz que a houver ordenado.
 - b) o réu será considerado revel se, apesar de pessoalmente citado, deixar de comparecer injustificadamente, sendo que o processo seguirá sem a sua presença e haverá confissão ficta.
 - c) a citação por hora certa, para ser efetivada, depende de determinação do juiz de direito.
 - d) considera-se completa a formação do processo quando realizada citação válida do acusado.
 - e) não é nula a citação por edital de réu preso na mesma unidade da federação em que o juiz exerça a sua jurisdição.

- 46.** Referente aos recursos em geral nos termos do Código de Processo Penal, marque a alternativa correta.
- a) Quando cabível a apelação, poderá ser usado o recurso em sentido estrito, desde que se recorra somente de parte da decisão.
 - b) Os recursos apresentados fora do prazo por omissão dos funcionários serão dados por prejudicados.
 - c) Não se admitirá recurso da parte que não tiver interesse na reforma ou modificação de decisão.
 - d) Em situações excepcionais, o Ministério Público poderá desistir de recurso que haja interposto.
 - e) Não sabendo ou não podendo o réu assinar o nome, o termo será assinado por alguém, a seu rogo, na presença de uma testemunha.

- 47.** Com relação à prisão em flagrante, é correto afirmar, que:
- a) nas infrações permanentes, entende-se o agente em flagrante delito enquanto não cessar a permanência.
 - b) qualquer do povo deverá prender quem quer que seja encontrado em flagrante delito.
 - c) a falta de testemunhas da infração impedirá a lavratura do auto de prisão em flagrante.
 - d) quando o acusado se recusar a assinar, não souber ou não puder fazê-lo, o auto de prisão em flagrante será assinado obrigatoriamente por três testemunhas.
 - e) em até 12 (doze) horas após a realização da prisão, será encaminhado ao juiz competente o auto de prisão em flagrante.

48. Assinale a opção correta em relação ao inquérito policial, nos termos do Código de Processo Penal;

- a) não pode ser iniciado de ofício pela autoridade policial.
- b) pode ser iniciado mediante requerimento do ofendido, mas não por quem tenha qualidade para representá-lo.
- c) no seu requerimento de abertura deve conter, sempre, a narração do fato.
- d) do despacho que indeferir a abertura de inquérito policial não cabe recurso.
- e) nos crimes em que a ação pública depender de representação, ele não poderá ser iniciado sem ela.

49. Assinale a alternativa INCORRETA sobre competência.

- a) A regra geral de competência, conforme o Código de Processo Penal, é determinada pelo lugar em que se consumar a infração.
- b) No que concerne aos crimes tentados, a competência será determinada pelo lugar em que for praticado o último ato da execução.
- c) Nos crimes à distância, a competência é do lugar em que tiver sido praticado, no Brasil, o último ato de execução.
- d) Nos casos de exclusiva ação privada, o querelante poderá preferir o foro de domicílio ou da residência do réu, ainda quando conhecido o lugar da infração.
- e) Nos crimes de local incerto, a competência será regulada pelo domicílio ou residência do réu.

50. No processo penal, acerca do ônus da prova, é correto afirmar que:

- a) a produção de prova tem o objetivo de favorecer o Ministério Público;
- b) a prova da alegação incumbirá a quem a fizer, sendo, porém, facultado ao juiz de ofício, determinar, no curso da instrução, ou antes de

proferir sentença, a realização de diligências para dirimir dúvida sobre ponto relevante.

- c) são admissíveis, devendo ser desentranhadas do processo, as provas ilícitas, assim entendidas as obtidas em violação a normas constitucionais ou legais.;
- d) o juiz formará sua convicção pela livre apreciação da prova produzida sem contraditório judicial, podendo fundamentar sua decisão exclusivamente nos elementos informativos colhidos na investigação;
- e) a produção antecipada de provas consideradas urgentes e relevantes, não poderá ser ordenada de ofício pelo juiz.

DIREITO CIVIL

Mário Godoy

51. Com relação à eficácia da lei no tempo, assinale a alternativa correta.

- a) Salvo disposição em contrário, a lei começa a vigorar em todo o país 45 dias depois de oficialmente promulgada.
- b) Se, antes de entrar a lei em vigor, ocorrer nova publicação do seu texto, destinada a correção, o prazo inicial de *vacatio legis* continuará a correr da nova publicação.
- c) A lei nova, que estabelecer disposições especiais a par das já existentes, revoga a lei geral anterior.
- d) Quando a lei for omissa, o juiz decidirá o caso de acordo com a analogia, os costumes, os princípios gerais do direito e a equidade.
- e) Reputa-se ato jurídico perfeito o já consumado segundo a lei vigente ao tempo em que se efetuou.

52. Com relação aos bens, assinale a alternativa correta.

- a) Os direitos pessoais de caráter patrimonial e respectivas ações consideram-se bens móveis para os efeitos legais.
- b) São consumíveis os bens que podem substituir-se por outros da mesma espécie, qualidade e quantidade.
- c) Os bens naturalmente divisíveis podem tornar-se indivisíveis por determinação da lei, mas não pela vontade das partes.
- d) Constitui universalidade de direito a pluralidade de bens singulares que, pertinentes à mesma pessoa, tenham destinação unitária.
- e) Consideram-se benfeitorias quaisquer melhoramentos e acréscimos sobrevindos ao bem, haja ou não a intervenção do proprietário, possuidor ou detentor.

53. Com relação à decadência, assinale a alternativa correta.

- a) Violado o direito, nasce para o titular a pretensão, a qual se extingue, pela decadência, nos prazos legalmente previstos.
- b) Os relativamente incapazes e as pessoas jurídicas têm ação contra os seus assistentes ou representantes legais, que derem causa à decadência, ou não a alegarem oportunamente.
- c) Não corre decadência entre cônjuges, na constância da sociedade conjugal.
- d) É anulável a renúncia à decadência prevista em lei.
- e) Se a decadência for convencional, a parte a quem aproveite pode alegá-la até a contestação.

54. Com relação à transação, assinale a alternativa correta.

- a) Só quanto a direitos patrimoniais de caráter privado se admite a transação.
- b) A transação se interpreta restritivamente, e por ela se transmitem, se declaram ou reconhecem direitos.
- c) A transação concluída entre o credor e o devedor não desobriga o fiador.
- d) Não se admite, na transação, a pena convencional.
- e) A transação pode ser anulada por erro de direito a respeito das questões que foram objeto de controvérsia entre as partes.

55. Com relação à hipoteca, assinale a alternativa correta.

- a) A coisa comum a dois ou mais proprietários pode ser dada em hipoteca, na sua totalidade, se a maioria consentir.
- b) A dívida hipotecária considera-se vencida se perecer o bem dado em garantia e não for substituído.
- c) É válida a cláusula que autoriza o credor hipotecário a ficar com o objeto da garantia, se a dívida não for paga no vencimento.
- d) Excluem-se da hipoteca os acessórios dos imóveis.
- e) É válida a cláusula que proíbe ao proprietário alienar imóvel hipotecado.

DIREITO PENAL*Renan Araújo*

56. Acerca da aplicação da lei penal no tempo e no espaço, analise as assertivas a seguir:

I – A lei penal que de qualquer modo beneficiar o agente será aplicada aos fatos anteriores que já tenham sido objeto de sentença penal condenatória transitada em julgado, cabendo, nesse caso, ao Juízo sentenciante a aplicação da nova lei benéfica.

II – Aplica-se a lei penal brasileira ao crime de estelionato praticado no exterior contra empresa pública brasileira, ainda que o agente tenha sido absolvido no estrangeiro pelo mesmo crime.

III – A lei penal mais grave se aplica ao crime permanente se a sua vigência é anterior à cessação da permanência.

IV – Consideram-se extensão do território nacional as embarcações e aeronaves brasileiras de natureza privada, onde quer que se encontrem.

Está correto APENAS o que se afirma em:

- a) II e III
- b) I, II e III
- c) I e IV
- d) I e III
- e) III

57. Acerca das penas e da extinção da punibilidade, assinale a alternativa CORRETA:

- a) A pena de detenção somente pode ser cumprida em regime inicial aberto, salvo necessidade de transferência a regime semiaberto ou fechado.
- b) o condenado a uma pena privativa de liberdade superior a 8 (oito) anos de reclusão poderá começar a cumpri-la em regime inicial semiaberto.
- c) É cabível a substituição da pena privativa de liberdade por pena restritiva de direitos a agente condenado, pela prática de homicídio culposo, independentemente da quantidade de pena aplicada ao agente.

d) O valor do dia-multa será fixado pelo juiz não podendo ser inferior a um décimo do maior salário-mínimo mensal vigente ao tempo do fato, nem superior a 10 vezes esse salário.

e) Os prazos de prescrição são reduzidos pela metade quando o criminoso era, ao tempo do crime, menor de 21 anos, ou, na data da sentença, maior de 60 anos.

58. Lindalva, uma senhora de 79 anos, transportava 500g de maconha em sua bolsa. Abordada pela polícia militar numa avenida da cidade, Dona Lindalva afirmou não saber que se tratava de maconha, pois acreditava ser apenas café, e que transportava a substância a pedido do filho de uma amiga, de quem não poderia desconfiar, eis que conhecia o rapaz há muitos anos. A droga, que estava embalada num saco preto bem fechado e inserida numa embalagem de café, seria entregue ao pai do rapaz em outra cidade. O verdadeiro dono da droga havia se aproveitado do fato de que Dona Lindalva iria visitar a família e solicitou que esta levasse o “produto” para seu pai.

Nesse caso, considerando que a tese arguida por Dona Lindalva acaba comprovada no curso do processo, é correto afirmar que Lindalva não deverá responder pelo crime de tráfico ilícito de entorpecentes por ter havido:

- a) erro de proibição inevitável
- b) erro de proibição indireto
- c) erro de tipo
- d) erro de tipo permissivo
- e) erro sobre o objeto

59. Acerca do crime de exploração de prestígio, assinale a alternativa correta:

- a) Trata-se de crime próprio, somente podendo ser praticado por quem ostente a qualidade exigida pelo tipo penal, no caso, a qualidade de funcionário público.
- b) Trata-se de crime material, que somente se caracteriza se o agente efetivamente alcança o resultado naturalístico previsto no tipo penal.
- c) Trata-se de crime que não admite o *conatus*.
- d) As penas aumentam-se de um terço, se o agente alega ou insinua que o dinheiro ou utilidade também se destina a qualquer das pessoas supostamente influenciáveis indicadas no art. 357 do CP.
- e) Também se tipifica quando o agente solicita dinheiro ou qualquer outra utilidade, a pretexto de influir em delegado de polícia.

60. Ricardo, brasileiro, decidiu ir passar férias com a família em Miami-EUA. De lá, trouxe diversos aparelhos eletrônicos, relógios, roupas e artigos diversos. Para não pagar os impostos devidos pela importação, que era permitida, Ricardo escondeu os produtos em fundos falsos nas malas, passando pela fila de “nada a declarar” no aeroporto de Guarulhos-SP.

Nesse caso, é correto afirmar que Ricardo praticou o crime de:

- a) Contrabando, com pena em dobro por ter sido praticado por meio de transporte aéreo, sendo vedada a aplicação do princípio da insignificância
- b) Contrabando, sem majoração, sendo possível a aplicação do princípio da insignificância
- c) Descaminho, com pena em dobro por ter sido praticado por meio de transporte aéreo, sendo vedada a aplicação do princípio da insignificância
- d) Descaminho, com pena em dobro por ter sido praticado por meio de transporte aéreo, sendo possível a aplicação do princípio da insignificância, desde que o valor total dos produtos não

ultrapasse o valor estabelecido pela Fazenda Nacional como o mínimo para o ajuizamento de uma execução fiscal.

- e) Descaminho, com pena em dobro por ter sido praticado por meio de transporte aéreo, sendo possível a aplicação do princípio da insignificância, desde que o valor total dos tributos sonegados, inclusive acessórios, não ultrapasse o valor estabelecido pela Fazenda Nacional como o mínimo para o ajuizamento de uma execução fiscal.

Discursiva – Estudo de Caso

Questão 1

Considerando as disposições da Lei 8.112/1990, que estabelece o Regime Jurídico dos Servidores Públicos Civis da União, analise e discuta a importância da estabilidade para o servidor público. Destaque os principais fundamentos que embasam a concessão da estabilidade, bem como suas implicações no cenário da administração pública. Além disso, aborde possíveis críticas ou questionamentos em relação a esse instituto, ponderando sobre a necessidade de eventuais ajustes na legislação para melhor atender às demandas contemporâneas da gestão pública. Apresente argumentos embasados e proponha, se julgar pertinente, sugestões para aprimoramento do sistema de estabilidade.

Questão 2

Um órgão público, mediante prévio procedimento licitatório, celebrou contrato para a realização de determinada obra. Durante a execução do contrato, foram constatados problemas como o não cumprimento de cláusulas contratuais e de prazos.

Em decorrência desses fatos, o órgão extinguiu unilateralmente o contrato, retendo a garantia e aplicando cumulativamente as penalidades de advertência, de suspensão temporária de participação em licitação e de impedimento de licitar e contratar com a administração, sendo assegurados ao contratado o contraditório e a ampla defesa no âmbito do processo administrativo.

Inconformada, a empresa contratada interpôs recurso administrativo invocando:

- a) ilegitimidade do ato de extinção unilateral;
- b) seu direito à devolução da garantia, caso admitida a rescisão; e
- c) inviabilidade de aplicação cumulativa das sanções administrativas.

Considerando a situação hipotética apresentada, analise os questionamentos apresentados pela empresa contratada, posicionando-se, de forma fundamentada, a respeito de cada um deles.

Folha de Resposta

01	
02	
03	
04	
05	
06	
07	
08	
09	
10	
11	
12	
13	
14	
15	
16	
17	
18	
19	
20	
21	
22	
23	
24	
25	
26	
27	
28	
29	
30	

Folha de Resposta

31	
32	
33	
34	
35	
36	
37	
38	
39	
40	
41	
42	
43	
44	
45	
46	
47	
48	
49	
50	
51	
52	
53	
54	
55	
56	
57	
58	
59	
60	

Folha de Resposta

61	
62	
63	
64	
65	
66	
67	
68	
69	
70	
71	
72	
73	
74	
75	
76	
77	
78	
79	
80	
81	
82	
83	
84	
85	
86	
87	
88	
89	
90	

O QUE VOCÊ ACHOU DESTE SIMULADO?

*Conte-nos como foi sua experiência ao fazer este simulado.
Sua opinião é muito importante para nós!*

<https://forms.gle/3RC8pkHLNAnpSnxQ9>

NÃO É ASSINANTE?

Confira nossos planos, tenha acesso a milhares de cursos e participe gratuitamente dos projetos exclusivos. Clique no link!

<http://estrategi.ac/assinaturas>

CONHEÇA NOSSO SISTEMA DE QUESTÕES

Estratégia Questões nasceu maior do que todos os concorrentes, com mais questões cadastradas e mais soluções por professores. Clique no link e conheça!

<http://estrategi.ac/ok1zt0>